

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE GEOGRAFIA

JHON KENNEDY DE SOUZA SILVA

A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM MARABÁ: ESTUDO DE CASO DE 1913 A 2010

MARABÁ-PA

2019

JHON KENNEDY DE SOUZA SILVA

A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM MARABÁ:

Estudo de caso de 1913 a 2010

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do título de licenciado e bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius
Mariano de Souza

MARABÁ-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Silva, Jhon Kennedy de Souza

A governança das águas em Marabá: estudo de caso de 1913 a 2010 / Jhon Kennedy de Souza Silva ; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2019.

1. Desenvolvimento de recursos hídricos – Marabá (PA). 2. Água – uso – Marabá (PA). 3. Abastecimento de água - Administração - Marabá (PA). 4. Companhia de Saneamento do Pará. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 333.91098115

JHON KENNEDY DE SOUZA SILVA

A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS EM MARABÁ:

Estudo de caso de 1913 a 2010

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado ao departamento de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel e licenciado em Geografia.

Marabá-PA, _____ de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (Orientador)

Prof. Me. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas

Prof. Dr. Robson Alves dos Santos

Lista De Ilustrações

Figura 1: Arranjo Do Conceitos	8
Figura 2: As Dimensões Da Governança	10
Figura 3: Mapa Das Regiões Hidrográficas Do Brasil	12
Figura 4: Primeiro Poço No Rio Tocantins Em Marabá	17
Figura 5. Mapa Da Ocupação Territorial Da Cidade De Marabá-Pa.....	18
Figura 6. Mapa de Provisão	22
Figura 7. Mapa De Localização Dos Bairros E Das Áreas Abastecidas Na Área Urbana De Marabá.....	26
Figura 8: Mapa De Concepção Do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá-Pa.....	27

Quadros:

Quadro 1: Arranjo Dos Conceitos	13
---------------------------------------	----

Tabelas:

Tabela 1 – Expansão Da Rede De Abastecimento No Núcleo Marabá Pioneira Mais Taxa De Crescimento.....	20
--	----

Tabela 2 – População Atendida	21
-------------------------------------	----

Tabela 3 - População Atendida Em 2010.	24
---	----

Gráficos:

Gráfico 1: Domicílios Particulares Permanente – Tipo.....23

Gráfico 2: Domicílios Particulares Permanentes – Quantidade De Moradores..... 24

Gráfico 3: Domicílios Particulares Permanentes – Abastecimento De Água..... 25

RESUMO

Compreender como se deu o processo de governança na cidade de Marabá-PA é perpassar pela própria história do município. Identificar os primeiros caminhos e decisões que levaram a transformação da cidade, da modificação dos seus espaços, levando-os as paisagens atuais. Este trabalho por objetivo identificar como ocorreu estes processos. E procura mostra de forma enfática o resultado de uma governança no caso do atual sistema de abastecimento de água da cidade. A COSANPA.

Palavras-chave: COSANPA, Governança, abastecimento.

ABSTRACT

Understanding how the governance process took place in the city of Marabá-PA is going through the history of the municipality. Identify the first paths and decisions that led to the transformation of the city, the modification of its spaces, taking them the current landscapes. This paper aims to identify how these processes occurred. And demand emphatically shows the result of governance in the case of the city's current water supply system. COSANPA.

Keywords: COSANPA, Governance, supply.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1. O CONCEITO DE GOVERNANÇA.	6
2.2. A GOVERNANÇA NAS ÁGUAS.....	9
3. METODOLOGIA.....	14
4. GOVERNANÇA EM MARABÁ-PA	14
4.1. UMA GOVERNANÇA DE CIMA (1913 – 1970).....	14
4.2. 1970 – 2010	18
5. O ATUAL SISTEMA DE ABASTECIMENTO: UM REFLEXO DE GOVERNANÇA?.....	21
6. CONCLUSÃO	29
7. BIBLIOGRAFIA	31

1. INTRODUÇÃO

Muitos problemas veem sendo enfrentados em Marabá, um deles a questão do abastecimento de água que vem frequentemente sendo noticiados em telejornais. Ou melhor, por que não dizer o desabastecimento, uma vez que quase sempre as notícias que veem sendo apresentadas relatam somente problemas. Canos rompidos, interrompendo o abastecimento de bairros inteiros. Bombas quebradas entre outros. Na busca por respostas, identifica-se que se trata de um arranjo institucional muito maior do que se imagina. E a partir de então que surge o termo governança.

Ao se falar em governança, iremos perceber epistemologicamente a apropriação do termo para diferentes usos nas vastas áreas do conhecimento. O que começa com ideais para gestão de empresas vai ser utilizado pelo poder público em diferentes setores. Afinal, se tratando de governo todos os setores devem estar interligados. Logo, uma governança tem várias dimensões, por exemplo a econômica, ambiental, social e a jurídica (PINTO-COELHO, HAVENS, 2015, p. 135), todas têm seus fios interligados, e devem ter, já que o motor dessa máquina é o Estado. Pensando também nestas interligações outros atores devem ser incluídos: a população. E para a população que os maiores efeitos das tomadas de decisões se tornam a ficar visíveis.

O ponto forte do ideal de Governança é a participação de todos. Todos têm voz, todos têm vez, e a partir da visão não somente dos que projetam, mas dos que vão viver o projeto implantado que deve ser tal proposta de política. A problemática é que ao longo da maior parte do tempo da formação das propostas governamentais, no sentido de governança, a população afetada não participou. E em visão disso, que tal trabalho busca identificar como esse processo ocorreu na cidade, e quais os seus impactos no espaço da cidade, e como a população se adapta às novas características oferecidas pelo espaço modificado.

Em uma perspectiva geográfica cabe ao geógrafo então identificar quais os efeitos da governança no espaço geográfico. O que ela contribui para a produção do mesmo. Neste trabalho tem como proposta identificar estas mudanças na cidade de Marabá.

A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico, com pesquisas em sites, jornais, revistas entre outras fontes.

No que tange o recorte temporal deste trabalho, em 1913 foi o ano da emancipação política da cidade, ou seja, e a partir de então que se pode ter algum registro administrativo. As cismas temporais no decorrer da pesquisa dividem os períodos que ocorreram diferentes modos de governança na cidade. O fim recorte tem o propósito de culminar com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Este censo nos permite identificar como as decisões tomadas se materializam no espaço da cidade

Partindo do pressuposto de que os efeitos da Governança atingem a vida dos cidadãos, negativa ou positivamente, logo, este trabalho tem por objetivo identificar como se deu o processo de governança na cidade de Marabá no sudeste do Pará, e como ele se configura na atual estrutura da cidade afetando a vida dos moradores. O objetivo específico fica a cargo da materialização desta governança no espaço, uma das formas desta concretização se dá através da COSANPA.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O CONCEITO DE GOVERNANÇA.

O termo governança tem sido disseminado e utilizado com diferentes significados nos mais variados campos do conhecimento, especialmente após a publicação em 1979 do artigo *Transaction Costs Economics: Governance of Contractual Relations*, de Oliver Williamson, Prêmio Nobel de economia em 2009, o qual gerou crescente interesse das áreas de direito e economia no tema governança corporativa (LEVI-FAUR, 2012, p. 5 apud SERPA, 2013, p. 1)

A partir de então duas correntes surgiram: a governança corporativa, tem como seu foco principal como as empresas são administradas, e como essa administração se dar em todos os setores, da matéria prima ao produto final, da saída da fábrica ao consumidor; a outra corrente tratar-se da governança no setor público, essa por sua vez e uma consequência da expansão do conceito por diversas áreas, “tornando-se a partir de 1990 um conceito difundido em diversas áreas do conhecimento” (SERPA, 2013, p.1).

No que concerne em relação ao conceito, em 1992 o Banco Mundial em 1992, (apud www.governanca.ratpeck.com.br) define que “Governança é o exercício da autoridade, controle, gerenciamento e poder de governo. É a maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento do país”.

Em uma abordagem mais recente Timers define que:

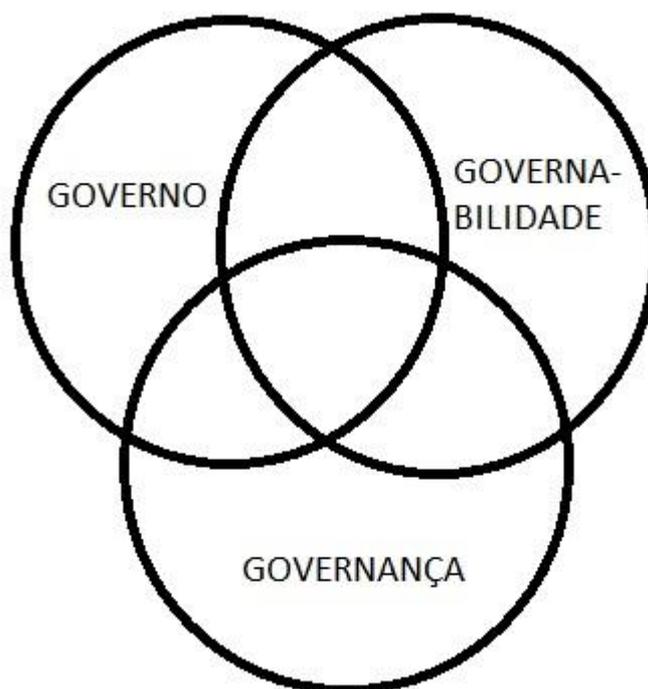
Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas. (TIMMERS, 2000, p. 9)

O primeiro conceito do banco Mundial embora pregue o gerenciamento e poder de governo, tem o caráter um pouco mais corporativo tendo como um dos seus principais pontos o crescimento econômico. Já a governança publica tem como seu ponto mais forte o benefício de todas as partes envolvidas, ou pelo ao menos buscar chegar a um consenso entre elas, ou seja, deve levar em consideração todas as partes envolvidas no processo da construção, de execução, de avaliação (aqui no sentido do que deu certo em outros programas semelhantes) da política pública que venha a ser implantada. E quando se falar nas partes envolvidas deve ser levado principalmente em consideração a sociedade civil.

Bresser-Pereira 2001, (apud, BANCO MUNDIAL p. 8 apud www.governanca.ratpeck.com.br) ratifica a ideia de que a “Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública”.

Outro fato relevante é que não devemos confundir os conceitos ou significados de Governo, Governabilidade e Governança. O que seria comum, já que se os organizássemos como arranjos matemático certamente teríamos elementos em comum.

FIGURA 1: ARRANJO DOS CONCEITOS



Elaboração: SILVA, Jhon Kennedy de Souza (2019)

Segundo Nogueira (2001, p. 99 apud ALCINDO, 2015) “Governo é um substantivo. Governar significa deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas”.

Já Luciano Martins (apud ALCINDO, 2015), no que tange a “governabilidade, refere-se a arquitetura institucional, distinto, portanto de governança, basicamente ligada a performance dos atores e sua capacidade no exercício da autoridade política”. Ratificando a ideia do conjunto matemático, embora distintos e a arquitetura institucional que vai ligá-los em vez que as decisões aplicadas mesmo que de forma indireta passem por essas instituições.

Já sobre o conceito de governança Melo (apud Santos, 1997, p. 341): “refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político institucional do processo decisório, a definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas”.

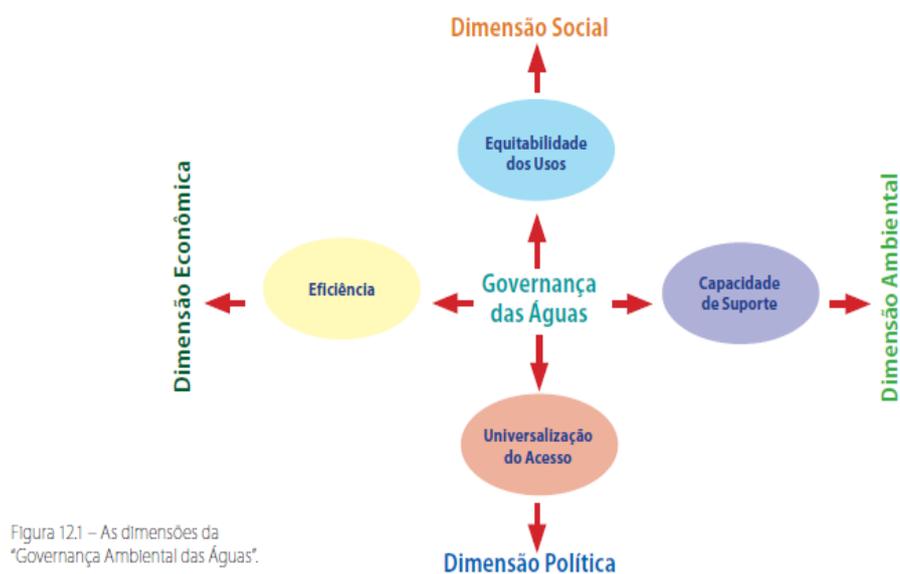
Enquanto Governo e Governabilidade estão em uma dimensão de caráter um pouco mais estatal, a Governança vai além, a definição do mix apontada por Melo e que o diferencial, o que torna o conceito mais abrangente. Uma vez que esse mix são todos os atores envolvidos no processo decisório da política que venha a ser implantada.

2.2. A GOVERNANÇA NAS ÁGUAS

“Gerir a coisa pública demanda impessoalíssimo, regras gerais e universais, transparência e, conseqüentemente, utilização pública do espaço público e dos recursos obtidos por meios de impostos” (ALBERTO, 2007) se alinharmos a ideia de Governança ao pensamento do Professor Carlos Alberto, hoje, em um país envolvidos em vários escândalos de corrupção, mais do que nunca estratégias de Governança se fazem necessárias no setor público, pois ao se pensar no público, fatores como política, a economia, o ecossistema, a sociedade envolvida deve estar em um consenso. É um desafio gigantesco e complexo tentar alinhar vários fatores desenvolvimentistas, mitigar os danos, principalmente no meio ambiente, e incluir os menos favorecidos.

Levando em consideração essa gama de fatores Pinto-Coelho e Havens (2015, p. 134) apontam “quatro dimensões sobre as quais é definido um sistema de governança das águas”.

Figura 2. As Dimensões da Governança



Fonte: PINTO-COELHO, HAVENS, 2015.

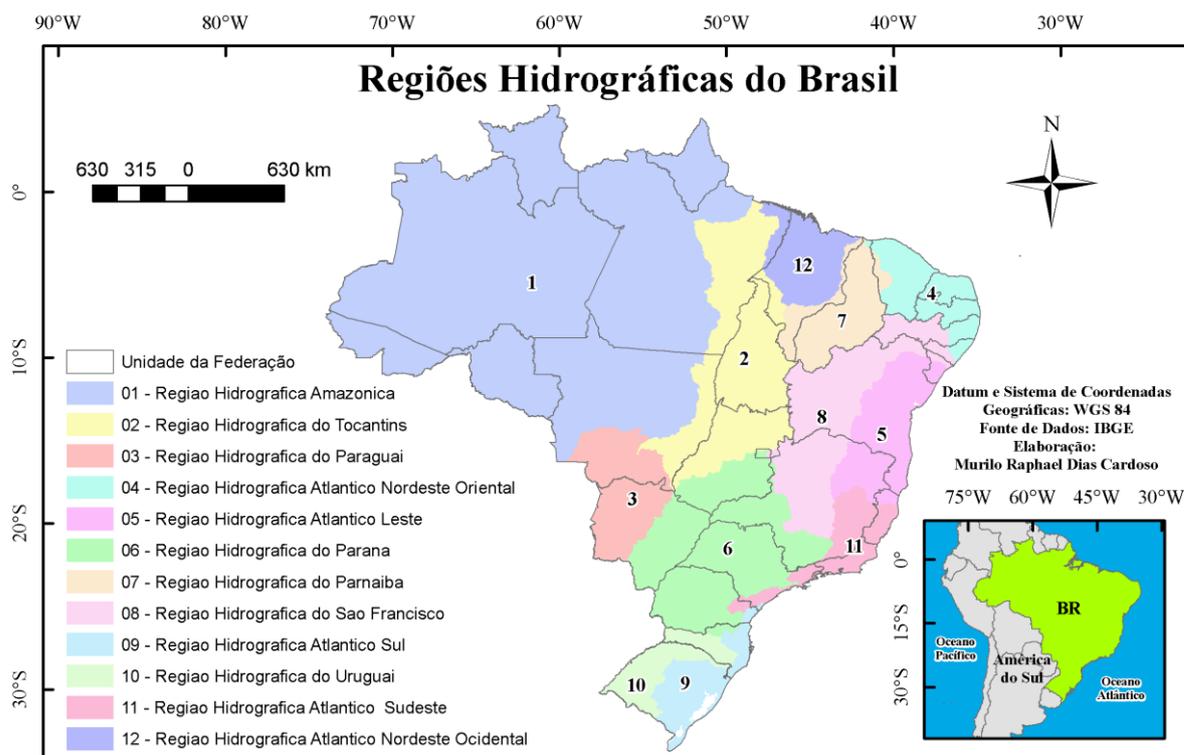
Na dimensão social deve-se perseguir a igualdade e a equidade na distribuição dos recursos hídricos, da indústria a residência simples, do lavrador ao grande proprietário rural, o manejo a qualidade devem se garantidas. As grandes obras como pontes, hidrovias, eclusas, desvios de canais, todas devem passar por um processo rígido para sua implementação, respeitando as leis ambientais, as leis cíveis, e quaisquer jurisprudência a mais que possa ser ferida. Para que haja governança de fato, os governantes, os empresários, a sociedade civil deve ser ouvida durante este processo. “Um sistema de governança de recursos hídricos pode amenizar ou evitar conflitos de uso presentes ou futuros ou, ainda, ele deve dispor das bases legais para coibir e eventualmente punir ações criminosas”. (PINTO-COELHO E HAVENS, 2015, p. 134.). Em Marabá por exemplo as medidas sociais são adotadas no sentido do abastecimento coletivo. Os denominados Sistema de Abastecimento Coletivo - SAC, vilas de kit nets são consideradas SAC, uma vez que e somente um sistema de captação para abastecer todas as famílias residentes, outro modelo são os chafarizes instalados nas escolas e em postos de saúde também se encaixam na categoria, pois muitas famílias dependem deste equipamentos para utilizar água tratada, ou com melhores condições de uso.

Sobre a demissão ambiental de extrema importância que não haja sobre posições jurídicas, que no caso do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, a Agência Nacional das Águas – ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, trabalhem de forma conjunta, se possível fosse com uma única base jurídica, com estratégias traçadas a curto, médio e longo prazo. Esta integração é que vai garantir o bom funcionamento da governança.

Os autores enfatizam sobre a questão política e econômica que o ideal de governança das águas “não deve ser uma mera cópia de congêneres implantados em outros países. Deve estar plenamente afinada com a condução da política macroeconômica”. (PINTO-COELHO, HAVENS, 2015, p. 135). Levando em consideração também um também a história do país, a cultura, as peculiaridades do espaço em questão, dando ouvido a todos, realizando de fato uma governança democrática.

Ancorada no Fórum Mundial da Água em 2000, e na Conferência de Dublin surgem novas perspectivas para governança da água. Tundisi (2013, p.225) afirma que a uma evolução no processo de governança, agora então que passa-se “portanto, para uma gestão de bacia hidrográfica, integrando-se ações para usos múltiplos, ou seja, servindo os usos múltiplos de forma integrada e não setorial; e tornando-se essencialmente preditiva, com a finalidade de antecipar processos e fenômenos”. Não só Jose Galizia Tundisi, mas vários outros autores veem com bons olhos essa mudança. Pensar na unidade da bacia hidrográfica, e proteger todo o corpo hídrico da mesma, uma vez que em muitos casos esse corpo hídrico não respeita os limites políticos dos estados. Não adiantará se cidade A ou B tiver um bom índice de saneamento, controle do se lixo, se as demais não tiverem o mesmo controle dos seus dejetos e continuarem a despeja-los nos rios.

Figura 3. Mapa das regiões Hidrográficas do Brasil.

**Fonte:**

https://www.google.com/search?q=mapa+das+bacias+hidrogr%C3%A1ficas+brasileiras&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=XfTKtq5EytDy1M%253A%252CVZOXtJ05Ln1EM%252C_&usg=AI4_kRR1DxVHdd12aZL4lt6yGdo9ejKA&sa=X&ved=2ahUKEwjaqcb_iaffAhWBI5AKHeeBCXgQ9QEwBHoECAQQDA#imgrc=XfTKtq5EytDy1M: Pesquisado em 17/12/2018.

O Mapa acima ratifica a ideia de se pensar na Governança da Águas levando em consideração a bacia hidrográfica como um todo. Certo de que o Brasil é um país com dimensões continentais, ao analisarmos a figura percebemos que todas as regiões hidrográficas apresentadas têm em sua dimensão territorial perpassadas por ao menos dois estados. E neste ponto que deve se fortalecida a ideia de uma governança unificada entre os Estados da Federação, mesmo com seus diferentes aspectos econômicos e culturais.

Diante de tudo uma pergunta se faz necessária. Como identificar se alguma Governança está sendo aplicada? Bom, para muitos autores, principalmente brasileiros, a Governança, se materializa em forma de leis. E a partir de então que se começa a desmiuçar o que? e em quem? estas leis vão influenciar, como elas vão mudar as relações que se dão no espaço tanto físico como as alterações de

relação do próprio indivíduo como mesmo espaço. Cabe então aos órgãos competentes por crias as leis, que tentem equilibrar na balança da justiça: o futuro da natureza, a economia e a dignidade social do homem. Este e o papel da dimensão ambiental e jurídica de uma governança das águas.

O quadro abaixo vem ratificar a ideia de autores aderirem as leis como uma das formas de materialização da governança mais também mostra a dimensão de uma governança. Veja por exemplo na citação de Tundisi (2013) que a governança transcende por suas dimensões e como elas são arraigadas.

QUADRO 1. GOVERNANÇA NO ÂMBITO JUDICIAL

Autor	Sobre as Leis
TUNDISI. J.J, sobre a Lei 9.433 de 1997.	Esta lei das águas traz novas iniciativas na descentralização e na utilização de instrumentos econômicos para a gestão e enfatiza a participação pública no processo de gestão.
OCDE 2015	A Lei de 1997 (9.433) estabeleceu as diretrizes e os princípios básicos para a os recursos hídricos.
PORTO, M. F.A.; LA LAINA PORTO, R. Gestão de Bacias Hidrográficas. Estudos Avançados, São Paulo, vzz, n. 63, p. 43-60, 2008.	O artigo 20, inciso III, da Constituição Federal de 1988, indica entre os bens da união, 'lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhe mais de um estado".

Elaboração: SILVA, Jhon Kennedy de Souza (2019)

Haja a visto tudo já citado acima, devemos levar em consideração então para compreendermos o ideal de governança como sendo um processo de tem fatores

governamentais, não governamentais (ONGS), que perpassa pelos meios de governabilidade, e que se materializam nas leis e nos projetos sociais.

3. METODOLOGIA

Quando se pensou em governança das águas em Marabá, o objetivo deste trabalho, identificou-se a seguinte problemática. Como aconteceu o processo de governança das águas em Marabá? E como isso se materializou na cidade? Materializou no sentido literal da palavra, em demonstrar como isso ficou marcado nas paisagens da cidade, e qual seria sua relação com a população. A adaptação da própria população em relação a estas obras. Esta dialética é que fundamenta o conceito de governança. Embora não aconteça como uma constante. No sentido de não ser aplicado pelos órgãos responsáveis por gerir o processo governamental.

A base metodológica deste trabalho se estrutura na pesquisa bibliográfica, com análise de revistas, jornais, sites, livros dentre outras fontes. Em segundo plano foi realizado a análise de dados secundários, estes colhidos em órgãos governamentais, como a Prefeitura Municipal de Marabá – PMM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Agência Nacional da Águas – ANA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA. Afim de se obter a maior coleta de dados possível referente aos objetivos apresentados.

4. GOVERNANÇA EM MARABÁ-PA

4.1. UMA GOVERNANÇA DE CIMA (1913 – 1970)

Com a emancipação política da cidade a possibilidade de se ter um documento oficial que mostre decisões por parte do governo ou de qualquer outro agente da sociedade seria mais fácil de ser identificada. O fato, e que até meados

da década de 1940, não se houve investimentos em infraestruturas voltadas para o abastecimento de água na cidade. o único sistema de abastecimento era os aguadeiros (MORAES, 2009), homes que levavam água em latas penduradas nos ombros por um pedaço de madeira. E mesmo assim, este serviço era somente para quem tinha condições de pagar .

Toda tomada de decisão, principalmente governamental, e carregada de intencionalidades. Isto e um fato. As decisões que foram tomadas, descritas a seguir tem relação direta com busca por aliados durante a Segunda Guerra mundial (1939-1945). Uma reunião que aconteceu no Rio de Janeiro convocada pelos Estados unidos da América envolvendo chanceleres Sul Americanos tinha como “o principal objetivo da reunião era a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo” (<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>) em virtude disso muitas alianças foram feitas. “Os países latino-americanos se prometeram fornecer matérias-primas estratégicas para a indústria bélica norte-americana” (idem.) além de “criar condições propícias ao livre movimento de capitais” (idem.).

Em meados do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)¹ um dos desdobramentos da reunião foi “o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado em 1942, a partir de acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como funções, o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas.” (BAGNATO; RENOVATO, 2010, p. 277.). Era um pacote de medidas não só governamentais mais de caráter também comportamentais, e que nas escolas medidas de higiene pessoal e coletiva eram ensinadas por agentes o programa em parcerias com os professores. Sem dúvidas foi um projeto que trouxe uma imensa contribuição para a região amazônica, que continha muitas cidades com bueiros e valas a céu aberto e se quer uma distribuição simples de água potável. Não que se difira muitos dos dias de hoje.

Antes do SESP há de se salientar que no Brasil de forma geral, já existiam serviços autônomos de abastecimento de água. Em Marabá por exemplo, os aguadeiros como eram conhecidos levavam a água em latas penduradas em pedaço de madeira resistente (JORGE, 2009. P.44) bom, claro, isso era um serviço para

quem podia pagar. A outra parte da população tinha uma relação mais intrínseca com o rio, já que parte dos afazeres que utilizavam de tal recurso, como lavar roupas era feita diretamente do rio.

[Na área do saneamento os investimentos da fundação SESP tiveram início em 1946. Marabá pior meio do intermédio do seu governo municipal que planejou a primeira instalação de serviço de água, que era considerado um dos problemas de maior significação para a vida da cidade] ... [Assim que foi votada pela Câmara municipal a lei criando o Serviço de Água e Esgoto (SAE), e em consequência foi efetivado o contrato com o SESP do ministério da saúde, porém somente na década de 1950 no mandato do prefeito Antônio Vilhena de Sousa. O serviço de engenharia do SESP] ... [deu início à obra] (MORAES, 2009, p. 46.)

Os primeiros indícios de um Governança mais institucionalizada, mais concreta englobando as esferas Federal, Estadual e Local na figura da Câmara Municipal começa a se materializar neste espaço. E a partir de então que a cidade passa a um outro quadro de governança, mesmo que neste momento não se tenha ainda o conceito formado ou um ideal a ser seguido em termos de Governança. O país neste momento estava se industrializando, conseqüentemente investimentos em infraestrutura urbana seriam cruciais. Foi nesta leva que o SESP caiu como uma luva para muitas regiões do país. O princípio básico do programa estava relacionado ao saneamento básico: esgotamento sanitário, abastecimento de águas.

No que tange o quesito abastecimento de água o primeiro projeto que as envolve em Marabá, de caráter institucional, foi a construção de uma rede de distribuição na Marabá Pioneira, principal bairro da cidade na época, falamos aqui nos anos de 1950. Segundo Jorge (2009) o projeto constituía de uma caixa d'água com 18,28m de altura com a capacidade de 227 m³ da água. O sistema era abastecido por um poço tipo amazonas². Este tipo de poço tem em média 20 metros de profundidade, o mesmo em questão constava com um lençol de água permanente de 10m de profundidade. Este sistema era responsável por abastecer torneiras publicas espalhadas pela cidade. Infelizmente não há como mensurar a quantidades de pessoas que se beneficiam desse projeto. Só deduzir que em uma cidade em formação inicial com muitas precariedades e uma população concentrada em termos territoriais, na área da velha marabá em específico, quase que toda a população utilizava desse recurso.

O mapa abaixo (figura 6) ratifica a dedução acima. A evolução territorial do espaço de Marabá, mostra a concentração da população no que hoje é conhecida como núcleo da Marabá Pioneira. Atualmente subdivido em quatro bairros: bairro Francisco Coelho (vulgo cabelo seco), Velha Marabá (centro), Santa Rosa, Vila Canãa (vulgo, vila do rato) este último às margens do Rio Itacaiúnas. Já a figura 6 é uma herança deste período e que ainda se faz presente nos dias atuais.

Embora aos ideais de Governança vão surgir um pouco mais tarde, em meados da década de 1970, agir com responsabilidade governamental e o papel do Estado. Por isso esse anacronismo se faz necessário, analisar como se deu o fator governança mesmo que o conceito seja de outro tempo histórico. Se justifica pelo fato de ser possível repetir as mesmas variáveis mesmo antes de ser teorizadas. O fato é que não aconteceu a tal Governança em seu processo completo, não há relatos, ou registros sobre a participação pública. O que houve foram as tomadas de decisões sendo feitas por quem estava em patamares mais elevados.

Figura 4. Primeiro poço no Rio Tocantins no município de Marabá.



Fonte: Moraes (2009).

Esse foi o abastecimento da cidade por cerca de 20 anos. Herança governo de Vargas. Até quando “em 21.12.1970, o Governador Alacid da Silva Nunes, ainda na gestão do Eng^o Loriwal Rei de Magalhães como Diretor geral do DAE, sanciona a Lei nº 4336 substituindo o Departamento de Águas e Esgotos, pela Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA” (<http://www.cosanpa.pa.gov.br/index.php/a-empresa/2013-06-20-08-51-26>). O sistema mencionado acima passa então aos cuidados administrativos do novo órgão.

Figura 5. Mapa da ocupação territorial da cidade de Marabá-PA.

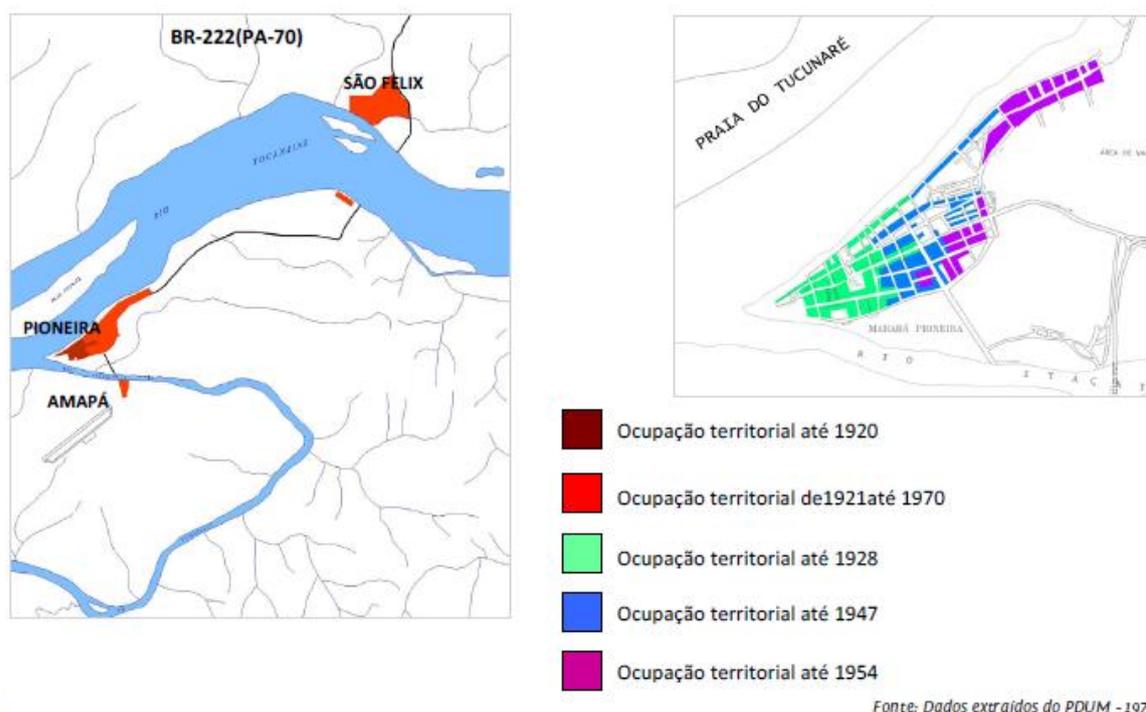


Figura 1: Fonte: RAIOL, José de Andrade (2009).

4.2. 1970 – 2010 DO PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO À COSANPA.

Anteriormente explicou-se como se deu a constituição do primeiro sistema público de abastecimento em Marabá, culminando com a criação da COSANPA na

década de 1970. O que não significa que a situação do abastecimento estava resolvida.

Seguindo a lógica da Governança planejada por quem comanda, foi o mesmo que aconteceu para a materialização da COSANPA. Em 1969 foi criado o Plano nacional de Saneamento (PLANASA), embora só comece a funcionar dois anos depois tinha metas ousadas para um país com muitas mazelas. A equação é simples. O plano financiava 50% dos investimentos na área, recursos provindos do Sistema de Financiamento de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que por sua vez utilizava serviços do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em contra partida o Estado de acordo com seu orçamento deveria criar o Financiamento para Águas e Esgoto (FAE) que dever completar os 50% restante das verbas.

Com isso pretendiam:

- Atingir uma cobertura de 80% da população urbana com abastecimento de água em 1980 e de 90% (MORAES, 2009).
- Atingir, uma cobertura de redes de esgotamento sanitário, as regiões metropolitanas, capitais e cidades de maior porte em 1980 e 65% da população em 1990. (idem).

Segundo Moraes (2009), na década de 60 começa a ser implantada a primeira rede de abastecimento geral da cidade, composta inicialmente de 11.000 metros de e atendia 800 ligações.

A população de cidade já vinha crescendo. Marabá estava na faixa de que Bertha Beck vai chamar de área de fronteira, esta e a base logística para o projeto de rápida ocupação da região (BECKER, 1994 apud GALVÃO, 2002, p.440), o crescimento populacional ultrapassa os 100%. Na década de 70. Neste período a período foi descoberto jazidas de diamantes no rio Tocantins

Em 25.07.1973 o então presidente da república Emilio Garrastazu Médici declara a área (hoje conhecida como nova marabá) “como utilidade pública para fins de desapropriação, bem como domínio da fazenda Santa Rosa (JORGE,

2009. p. 51). E medida e para tentar diminuir os danos causados pelas enchentes, mudando a população residente na parte velha da cidade.

Posteriormente, na década de 80, outro crescimento populacional. Este ocasionado pela descoberta da Serra Pelada. A rota passava pela cidade, e muitos do principais serviços e negócios eram feitos na cidade. Marabá vira referencias dos migrantes, e consequentemente dos serviços.

Segundo MORAES, (2009), na década de 80 a cidade contava com 20.000 habitantes e o atual sistema de abastecimento com 2.406 ligações. Em relação as 800 ligações iniciais da década de 60. A taxa de crescimento de 200,75% em ligações.

Tabela 1 – EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO NO NÚCLEO MARABÁ PIONEIRA MAIS TAXA DE CRESCIMENTO.

Ano	População (hab.)	% Crescimento da População	Nº De Ligações	% Crescimento das Ligações
1965	9.000	-	800	-
1975	18.000	100%	2.023	200,75%
1984	24.474	11.11%	2.406	18.93%

Fonte: Marabá (1984) apud. JORGE 2009. P 53. Modificado. IPEADATA (2019).

E interessante a tabela acima, o percentual de crescimento das ligações e sempre maior que o da população. Mas uma pergunta se faz necessária a população estava abastecida de fato? Segundo o IBGE a média da população marabaense de 4,6 pessoas por residência. A equação e simples a tabela abaixo mostrara que não e bem assim, e que nem sempre a população esteve abastecida de fato.

Tabela 2 – POULAÇÃO ATENDIDA

Ano	População (hab.)	Nº De Ligações	Pessoas Atendidas	% da População Atendida
1965	9.000	800	3680	40,89
1975	18.000	2.023	9305	51,70
1984	24.474	2.406	11067	45,21

Média de pessoas por residência: 4,6

Fonte: JORGE (2009) modificado.
IPEADATA (2019).

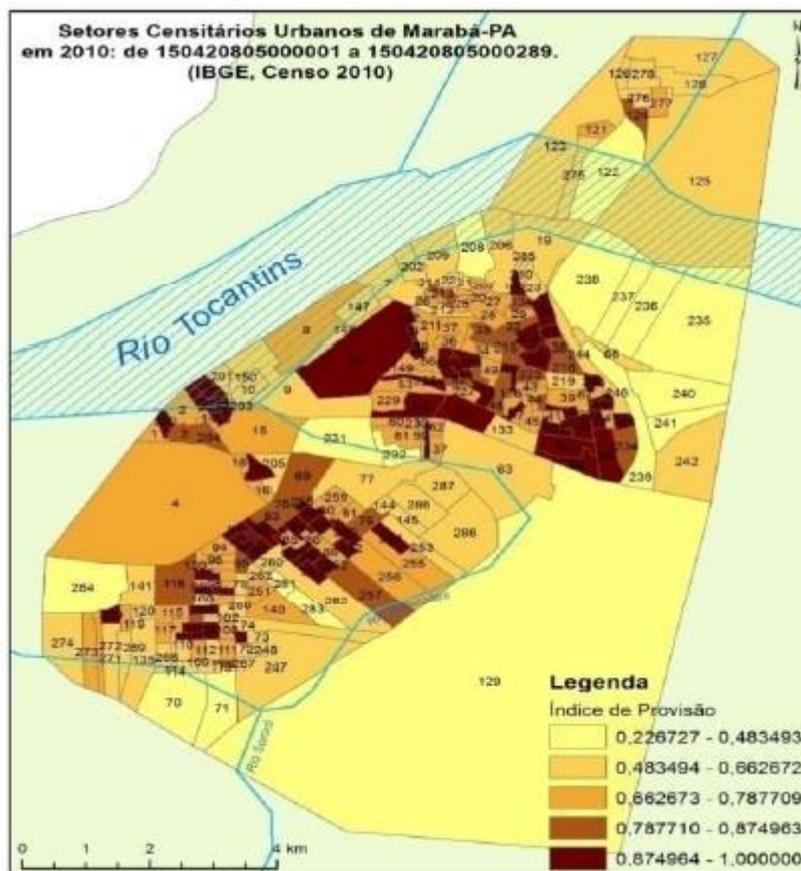
Na pior das hipóteses houve pelo ao menos um crescimento no número de pessoas atendidas mesmo com o crescimento população e grande escala. Mas longe da meta de 90%.

5. O ATUAL SISTEMA DE ABASTECIMENTO: UM REFLEXO DE GOVERNANÇA?

Identificar como essa governança é aplicada no espaço é perceber como as construções, propriamente dita, acontecem e se fazem presentes no cotidiano da população. E também compreender se esses construtos alteram o modo de vida da população, ou se simplesmente os mantêm na inércia. No estudo em questão mostrar como o atual sistema de distribuição da cidade se materializa, é identificar um dos lados deste prisma que compõe a governança das águas na cidade.

Um dos aparatos científicos para identificar esse sistema é o próprio IBGE, que caracteriza através do censo de 2010 as formas de distribuição de água não só de Marabá (caso estudado), mas de todo o Brasil. O instituto ainda as divide por setores censitários. Ainda pelas linhas do mesmo órgão, a definição é de que “o setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por uma área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e números de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador” (censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html pesquisado em 03/11/2019)

Figura 6. Mapa de Provisão da Área urbana de Marabá.



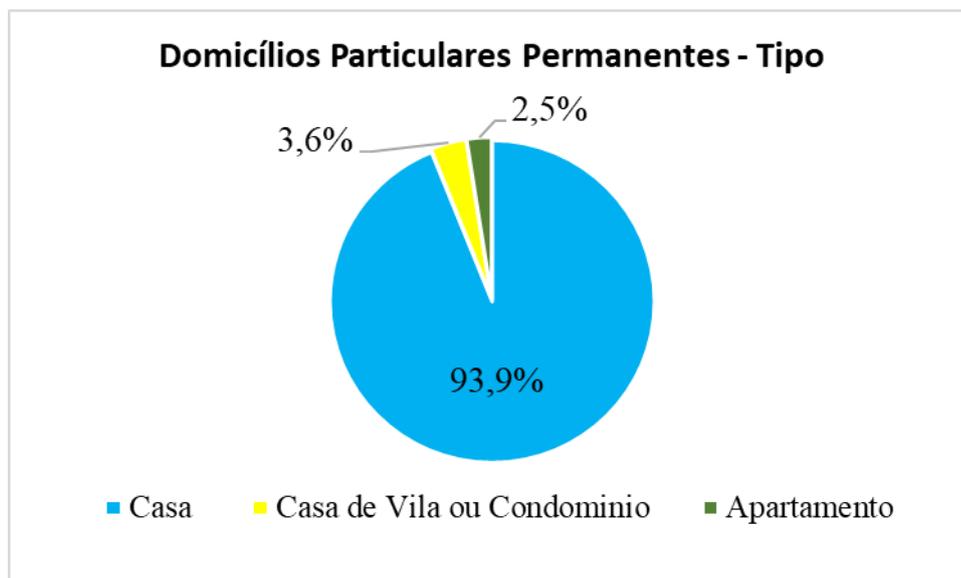
Fonte: CORREA, Antônio H. M. 2018, p. 132.

A figura acima mostra a quantidade de setores censitários determinado pelo IBGE para a cidade de Marabá. Um detalhe de extrema importância é perceber que estes setores apresentados são em sua maioria, e por consequência de escala, se apresentam na área urbana da cidade.

No gráfico abaixo extraído do Censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, entramos nos detalhes desses setores censitários. Logo, podemos perceber que a maior parte da população da cidade vive em domicílios tipo casa, cerca de 55.609 famílias (93,9%). Em seguida vem as pessoas que vivem em outros tipos de casas, como vilas ou condomínios, uma quantidade de 2.123 (3,6%) famílias neste setor. E por último 1.496 (2,5%) famílias vivem em apartamentos. Pode ser que pareça confuso, e nos indagamos sobre o que tem haver características de domicílios com abastecimento de água? O fato é que são estes domicílios que serão passíveis de serem abastecidos pelo sistema de abastecimento em estudo. Para o

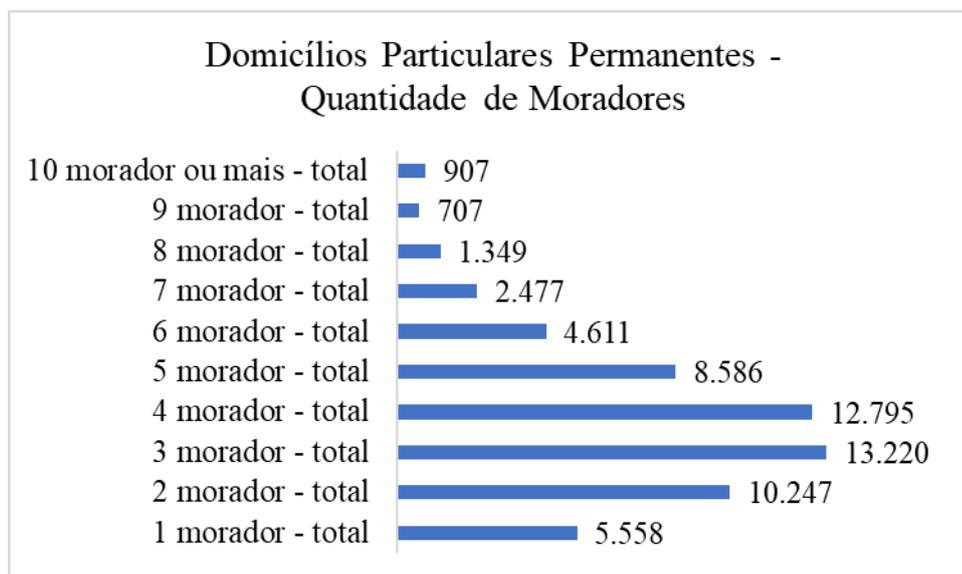
IBGE (2010), domicílios particulares permanentes, são “os domicílios que foram construídos a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinham a finalidade de servirem de moradia a uma ou mais pessoas” (CORREA, 2018, pg. 63).

Gráfico 1: Domicílios Particulares Permanente – Tipo.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

No próximo gráfico a análise se dá com relação com a quantidade de moradores. Ao observarmos as colunas com maiores índices verificamos os domicílios com 3 ou 4 moradores são as que mais se expressam. Se juntarmos as duas temos quase a metade da população da marabaense, exatamente, 43,03% das residências terão 3 ou 4 pessoas morando.

Gráfico 2: Domicílios Particulares Permanentes – Quantidade de Moradores.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

E a partir destes dados que podemos ter uma média da população que está contemplada com o sistema de abastecimento de água da cidade. Aqui serão feitos os cálculos com base na tabela 3. A proposta é ter um média da população que recebe o serviço de abastecimento. Outro numeral deve entrar nesta tabela pelo ao menos para base de cálculo. O numeral a que se refiro à média de pessoas por residências. Esta média é de 6,04 pessoas. Resumindo:

TABELA 3: POPULAÇÃO ATENDIDA EM 2010.

População	Pessoas por Residência (Média)	Famílias Abastecida Pela Rede Geral	Pessoas Atendidas (Média)	População Atendida %
233.193	6,04	23.401	141.342	60,61%

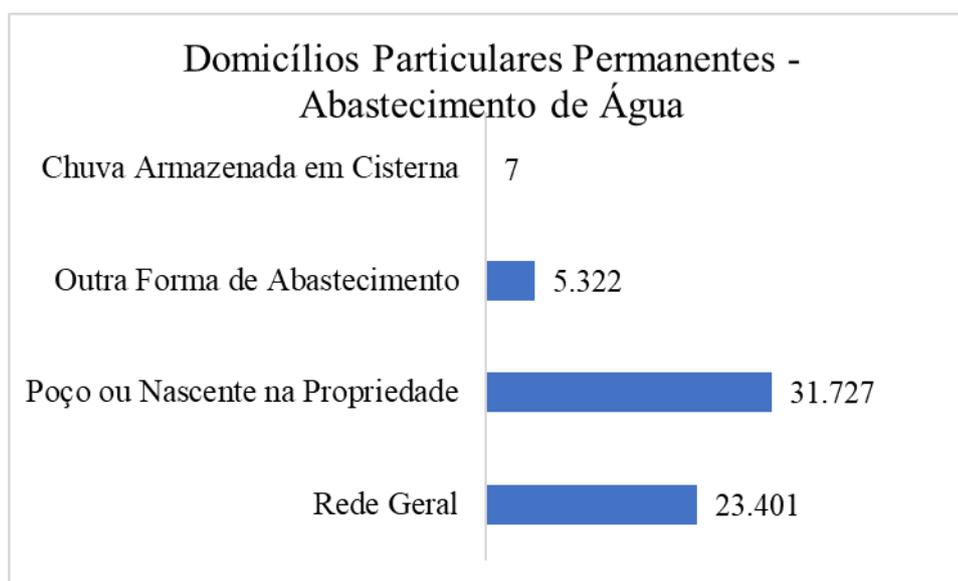
Elaboração: SILVA, Jhon Kennedy de Souza (2019)

Fonte: IBGE (2010)

Se correlacionarmos as duas tabelas podemos verificar um aumento extremamente significativo na população. No entanto, não podemos desconsiderar o aumento no número de pessoa atendidas que passou de 55,34% para 60,61%. A diferença percentual das pessoas atendidas é pequena? Sim, mas devemos entender que nesse agregado de valores a população cresceu 854,7%, saindo de

24.474 habitantes em 1970 para 233.669 em 2010, conforme dados do IPEADATA (2019) e que esses 5,27% de crescimento no abastecimento é um valor significativo tendo em vista que as demandas aumentaram em escalas desproporcionais. Mas ficando bem atrás das metas propostas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico que são de: “alcançar o índice de 90% de atendimento à população urbana, até 2020; [...] alcançar o índice de 98% de atendimento da população urbana até 2025, e manter este índice até o final do plano” (Plano Municipal de Saneamento Básico, p. 446).

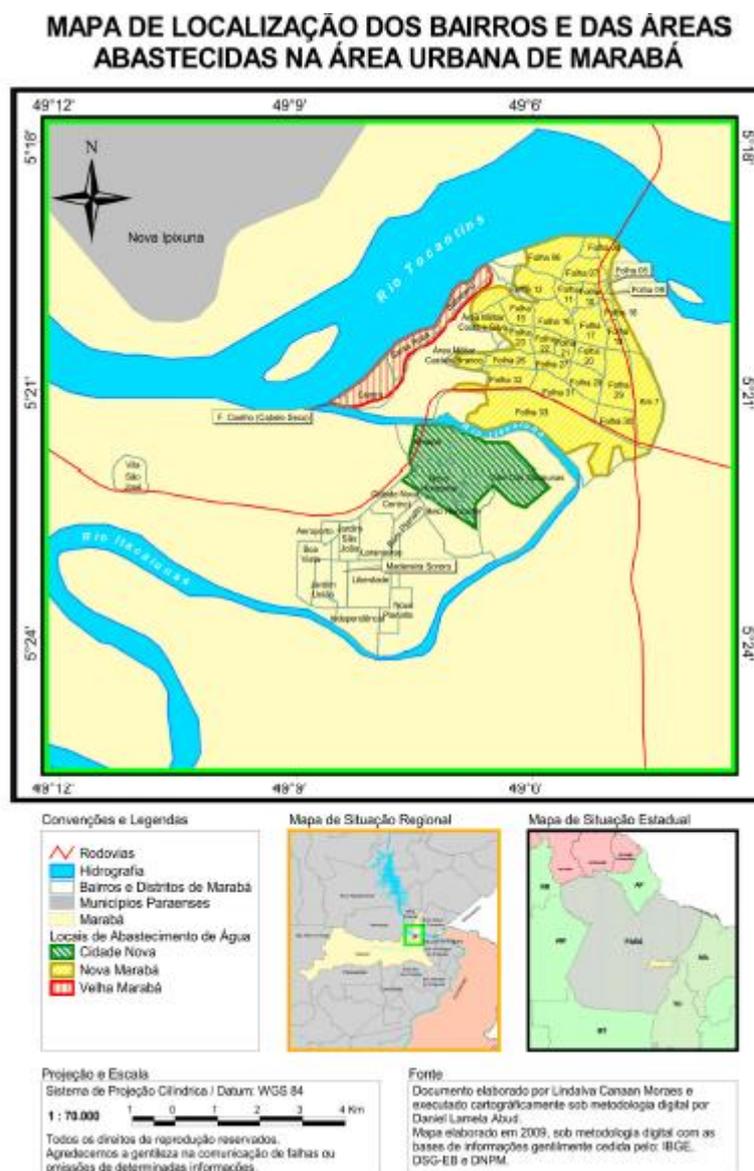
Gráfico 3: Domicílios Particulares Permanentes – Abastecimento de Água.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

O terceiro gráfico apresenta as principais formas de abastecimento analisadas na cidade pelo IBGE. A maior parte dos domicílios, cerca de 52,48% (31.727), tem poço ou nascente na propriedade. O segundo grupo pertence às famílias abastecidas pela Rede Geral, exatamente 38,71% (23.401). Já os que têm outra forma de abastecimento são 8,80% (5.322), e respectivamente os 0,01% (7) são os que usam cisternas para seu abastecimento.

Figura 7. Mapa de Localização dos Bairros e das Áreas abastecidas na Área Urbana de Marabá.



Fonte: Moraes (2009).

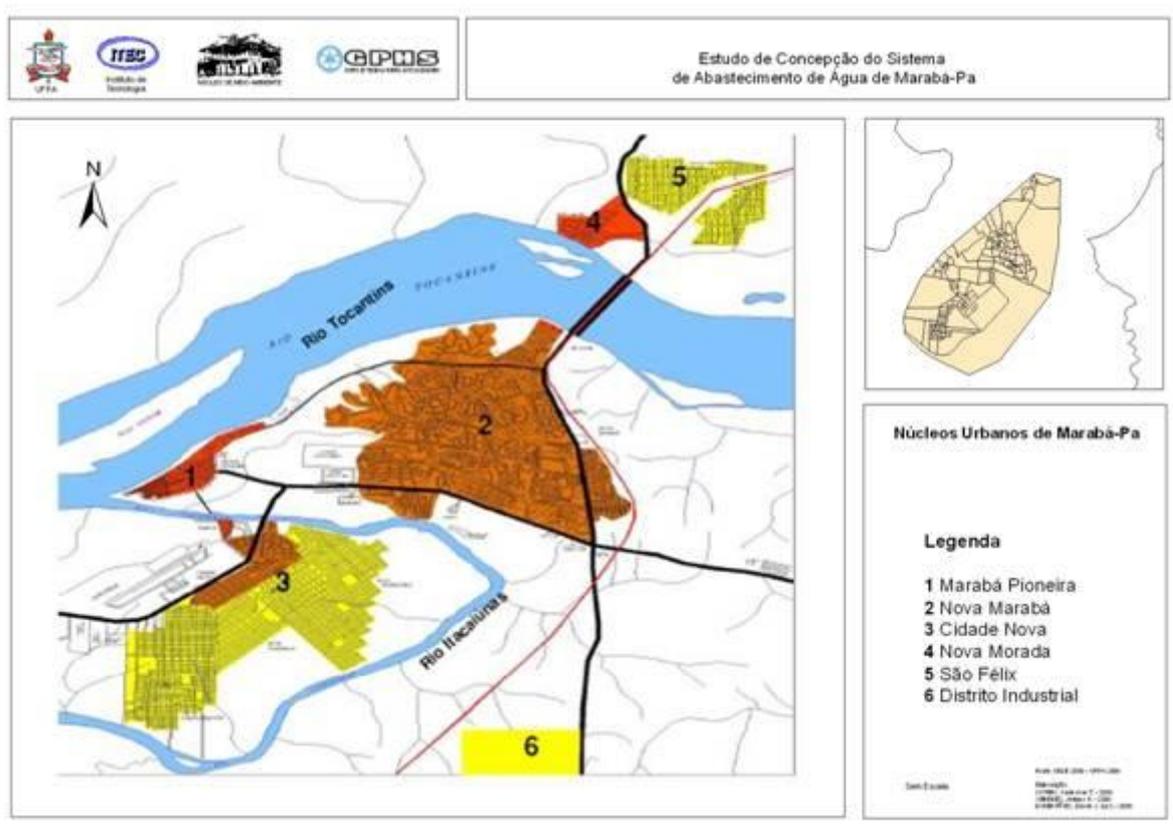
O mapa acima representa o espaço que é abastecido pela COSANPA, uma pequena parcela. Mas áreas que concentram centros comerciais, como o caso da Marabá Pioneira e Cidade Nova, ou seja não há uma concentração de pessoa permanentes nestas residências (residências junto a comércio, como e o caso da Velha Marabá onde se tem muitas casas construídas em segundo piso, sobre uma loja) ou comércios já que ficam fechados ao anoitecer, já a terceira área, que compreende a Nova Marabá tem uma maior carga de uso por ter bairros de

características domiciliares, tem mais domicílios que comércio. Sua área comercial e ponderada, em termos de território. Isso corresponde a 60,61% da população de acordo com a tabela 4.

No entanto falta muito a se fazer tendo em vista que o PMSBA, previa em suas propostas que um núcleo territorialmente tão grande quanto os outros três já mencionados, não presente neste mapa, também deveria ser contemplado. O núcleo do São Félix ainda é de responsabilidade da prefeitura (MORAES, 2009), e que usa de outros artifícios como: poços artesianos ou cisternas para garantir o abastecimento dessa parte da cidade.

Conforme será descrito [...] a sede de Marabá terá dois sistemas de abastecimento de água independentes denominados de Subsistema Marabá Pioneira / Nova Marabá / Cidade Nova (Subsistema MP / NM / CN), com aproveitamento das unidades existentes, e o Subsistema São Félix / Morada Nova (Subsistema SF / MN), a ser implantado, devendo ambos os sistemas ter capacidade suficiente para o atendimento dos referidos distritos (PMM, 2014, p.257)

Figura 8: mapa de concepção do sistema de abastecimento de água de Marabá-PA.



Fonte: http://gphs.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61

O mapa acima mostra a área (setor 5) que deveria também ser contemplado com o sistema de abastecimento da cidade conforme o Plano Municipal de Saneamento (2014), que é de responsabilidade da prefeitura (MORAES, 2009).

No que tange os locais abastecidos, isso também depende de uma governança (governança com viés político determinado) que sabe, que vai agregar valores aos imóveis. Segundo Bichir (2009) o direcionamento de obras e investimentos para determinada localidade e a consequente implantação de equipamentos de infraestrutura tendem a uma valorização dos imóveis (apud. CORREA, 2018, p. 64.). Consequentemente a população de baixa renda é deslocada para áreas periféricas deficitárias em saneamento básico. ou seja, trata-se de uma decisão (política) seletiva, segregacionista, de opostos. Que tende a distanciar cada vez mais os indicadores sociais, levando-os aos extremos. Características estas de uma Seletividade Hierárquica Política (SHP) como explica ainda CORREA (2018, p. 65).

A renda, concentração populacional e o potencial econômico da municipalidade são fatores que influenciam diretamente na acessibilidade dos sistemas de redes de provisão, visto que os municípios com maior poder econômico possuem melhor infraestrutura de saneamento básico. Outro fator que explica o déficit de cobertura de redes de provisão é a Seletividade Hierárquica das Políticas (SHP), dirigida a beneficiar a população de alta renda em detrimento dos de baixa renda. (CORREA, 2018, pg. 64).

Segundo Marques e Bichir (2001), a justificativa da Seletividade Hierárquica das Políticas (SHP) se amolda na cultura burocrata implantada na política em obediência a uma estrutura de classe social (apud. CORREA, 2018, p. 65).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do processo de uma governança é bem complexa. E esta complexidade se dá pelo fato de envolver vários fatores, vários atores, (setor público, privado, sociedade civil). Um outro fator é tomada de decisões destes atores, que podem por muitas vezes ser comprometidas por viés políticos partidários e não levando em consideração somente fatores com viés totalmente técnico/científico. Que tenham como princípios os possíveis efeitos de causa e consequência que ficaram no espaço afetado.

Diante do apresentado não resta dúvidas que Marabá esteve muito longe de um Governança por completo. Por exemplo, a proposta por Pinto-Coelho E Haveis (2015) em suas totais dimensões, que leva em consideração fatores sociais, políticos, jurídicos e econômicos. Embora que por algum momento se tenha leis concretas, a possibilidade de conseguir as verbas necessárias através de programas de financiamentos, planejamentos seguindo etapas em cooperação com órgão ambientais, a buscar por atender a demanda tem mais um caráter lucrativo do que propriamente social, como mostra Corrêa (2018) quando afirma que as políticas públicas na cidade partem de do princípio da Seletividade Hierárquica das Políticas (SHP).

Na busca por identificar esta governança aplicada e em Marabá devemos ressaltar também os outros instrumentos de abastecimento da cidade como os Sistemas de Abastecimentos Individuais – SAI, este de caráter governamental e o que atingi boa parte da população, cerca de 41,71% segundo o Plano Municipal de Saneamento e Abastecimento. No que parte a o principal sistema de abastecimento, a COSAMPA, se trata de uma empresa que em 2010 já tinha mais de três décadas de atividades, com somente 61% dos moradores conectados por seus dutos de distribuição. O fato é que esta porcentagem é irrisória, ainda mais quando no início dos financiamentos se propunham em uma cobertura de 90% da população urbana.

As mudanças no espaço geográfico são vistas de longe, Estações de tratamento de Água – ETA, as tubulações nas ruas visíveis desde de o momento de sua implantação. Já em relação as metas o caminho é contrário, ficaram aquém como já citadas. Um quesito contribuiu sem dúvidas para manutenção destes

valores em termos de distribuição, manutenção relativa, já que houve um pequeno crescimento na casa do 15%. (em 1980 45% da população estava bastecida pela rede geral, este número aumenta para 60% em 2010 conformo citado nas tabelas 3 e 4).

Para realizar a tal desejada Governança todos os setores envolvidos (prefeitura, órgãos fiscalizadores, setor privado e sociedade civil) precisam estar bem mais integrados, fazer uma governança concreta. Cobrar as metas propostas. Trabalhar na coletividade dos órgãos envolvidos. Fazer as leis serem cumpridas.

7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. C. **A Cabeça do Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: RECORD , 2007.

BANCO MUNDIAL. [http:// www.governanca.ratpeck.com.br](http://www.governanca.ratpeck.com.br). Acesso em 02/02/2018

BRASIL. Constituição Federal 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO. Magno Ricardo Silva, SOUZA. Marcus Vinicius Mariano. A produção do espaço urbano em Marabá- PA e sua relação com as ocupações urbanas: o caso do bairro Nossa Senhora Aparecida. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia - MG v. 19, n. 66 Junho/2018 p. 116–132.

CORREA, Antônio Henrique da Mata. **Seletividade Hierárquica das políticas públicas**: um estudo sobre o direito ao saneamento básico e sua distribuição intraurbana em Marabá, Pará. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018.

GONSALVES, A.O. **O conceito de governança**. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DO COMPENDI. Anais... Fortaleza 3, 4, e 5 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.compendi.org/manaus/arquivos/anais/alcindo%20Gonsalves.pdf>

[Governanca.ratpeck.com.br/conceitos-de-governanca-no-setor-publico](http://www.governanca.ratpeck.com.br/conceitos-de-governanca-no-setor-publico) Pesquisado em: 04/12/2018.

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em > <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=mn>. Acesso em em 05/11/2019

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em <<https://www.censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>. Acesso em 03/11/2019

<https://www.geografos.com.br/cidades-para-maraba.php> Pesquisado em: 26/12/2018

KLOSS, Viviane Damato Otto. **A governança dos recursos hídricos no Brasil colocada à prova em situação de escassez**: um estudo de caso / Viviane Damato Otto Kloss. – 2015.

MORAES, L. C. J. **Abastecimento de Água na Cidade de Marabá – Pará** 78p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão do Recursos Natural e Desenvolvimento Local na Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOZART. Rafael, SENNA. Eliana Terezinha Pereira, JUNIOR. Orlando Fontes Lima, Governança Pública: Dimensões e Atributos de Desempenho aplicados a Governança de Plataformas Logísticas. **Revista Gestão Pública Prática e desafios**. Volume V, n. 1. Abril 2014.

OCDE. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**, Paris, OCDE. 2015.

PMM – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2014. [s.n.t.].

PINTO-COELHO, R. M. HAVEIS, K. **Crise nas Águas. Educação, ciência e governança, juntas, evitando conflitos gerados por escassez e perda da qualidade das águas.** Belo Horizonte. [s.t.]; 2015.

PORTO. M. F. A. ; LA LAINA PORTO, R. **Gestão de Bacias Hidrográficas. Estudos avançados.** São Paulo, vvz, p. 43-60, 2008.

SERPA, A. S. M. H. Nota Técnica – seaud 2/2013. 2013.

SILVA, Andressa Macêdo. **Gestão de Conflitos Pelo Uso da Água em Bacias Hidrográficas Urbanas.** Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil) Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

TIMMERS, H. Government Governance: corporate governance in the public sector, why and how? Hague: Government audit policy directorate (dar). The Netherland Ministry of Finance, nov. 2000. Disponível em http://www.ecqi.org/codes/documents/public_sector.pdf acesso em maio de 2018.

RENOVATO. Rogério Dias, BAGNATO. Maria Helena Salgado. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, 2010. Editora UFPR.

TUNDISI, I. G. **Governança da água.** Rev. UFMG, Belo Horizonte, v.20, n.2, p. 222-235:2013.